

6 Junho • 14h30

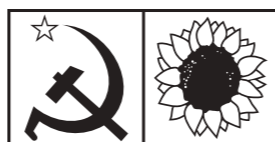
Lisboa • Marquês de Pombal ▶ Restauradores

MARCHA NACIONAL A FORÇA DO POVO

TODOS À RUA
por um Portugal com futuro

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



VOZES AO ALTO

1.01
2015

BOLETIM DO SUB-SECTOR DAS ARTES DO ESPECTÁCULO DO SECTOR INTELECTUAL
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



CONCURSOS DGARTES

Acesso ou exclusão à criação artística

E mais uma vez a trapalhada burocrática deixa as estruturas de criação artística com os nervos em franja. Desta vez, cerca de 40% das candidaturas aos apoios anuais e bienais foram excluídas da lista prévia por erros no preenchimento da candidatura e falhas na apresentação de documentos.

Entretanto, a subdirectora-geral, esclarece que a grande maioria das estruturas, depois de apresentar o respectivo recurso, facilmente será reintegrada no concurso. Melhor assim, mas no entretanto mais tempo será gasto pelas estruturas na resolução do embróglio, tempo que será, mais uma vez, retirado ao seu trabalho, a criação e promoção artística.

Mais do que dizer que com o recurso tudo ficará resolvido, a DGArtes tem que, de uma vez por todas, criar uma plataforma de candidatura inteligível e isenta de erros, tem que, de uma vez por todas, simplificar essa mesma plataforma e os critérios de selecção.

Não pode a DGArtes e o Secretário de Estado da Cultura, esperar que com menos financiamento as estruturas candidatas consigam ter recursos humanos especializados em preencher formulários kafkianos.

Não podem esses formulários servir para excluir administrativamente estruturas que já demonstraram o seu valor para o panorama artístico nacional e não permitir que as novas possam começar a conquistar o seu espaço.

Este governo que enterrou no BPN dinheiro suficiente para 80 anos de apoio à cultura, faz da Dgartes uma máquina de saneamento cultural. Usa a Dgartes não como estrutura fundamental para o apoio à cultura, mas como elemento de censura, corte e exclusão do direito à criação artística.

O PCP exige a simplificação dos processos de apoio e que as estruturas candidatas aos apoios da DGArtes passem a colaborar na elaboração das regras das candidaturas. Defende ainda que este processo deve ser acompanhado do aumento das verbas de apoio à criação artística, de forma a integrar cada vez mais estruturas nos apoios.

A Dgartes deve servir também como garante dos direitos dos trabalhadores e do direito constitucional à cultura, desenvolvendo um amplo trabalho de apoio às estruturas visando a contratação por meio de contratos de trabalho (e não de recibos verdes), e o acesso aos espectáculos a preços reduzidos.

A Dgartes deve ainda promover junto do governo condições para a divulgação dos espectáculos na televisão pública em horário nobre e com maior regularidade. Assim como junto do poder local, para que este privilegie o acesso das populações aos teatros apoiados pela Dgartes.

EDITORIAL

O “Vozes ao Alto” é o boletim do Sub-sector das Artes do Espectáculo do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP. É um boletim informativo que pretende levar aos trabalhadores a denúncia e a proposta do PCP para as várias áreas das Artes do Espectáculo. Da Música à Dança, do Teatro ao Audiovisual, este boletim rompe com a propaganda dos jornais e expõe o mundo real por detrás do pano. Como um boletim do Partido Comunista Português, é também uma arma de esperança e confiança para o País. O trabalho diário do PCP junto dos trabalhadores das Artes de Espectáculo, o projecto de alternativa política que o PCP tem, a forma vanguardista como desde sempre o PCP coloca a democracia cultural como central num País onde a liberdade e a democracia imperam estão bem presentes na acção diária do Sub-sector e serão reflectidos regularmente neste boletim.

RECIBOS VERDES E SEGURANÇA SOCIAL

O que nos prende ao passado

Estamos, como trabalhadores das Artes de Espectáculo a recibos verdes, obrigados a pagar todos os meses a contribuição à Segurança Social. Essa contribuição é no mínimo (salvo as isenções legais) de 124,09€, contribuição que é obrigatória, independentemente se foi um mês em que houve trabalho ou não.

Mas a raiz deste problema com a Segurança Social é outro. O problema não é o que contribuímos para a segurança social, mas o porquê de o fazermos.

A maioria dos trabalhadores que estão a recibos verdes deviam na verdade ter um contrato de trabalho, e nas artes do Espectáculo, seja no Teatro, na Música, na Dança ou no Audiovisual a realidade é a mesma.

MARCA SE TENS UMA DESTAS CONDIÇÕES:

- Quem define o valor que recibes é a entidade ou a pessoa a quem passas o recibo []
- Quem define o horário é a empresa ou a pessoa a quem passas o recibo []
- As ferramentas, o material técnico, os adereços ou figurinos são propriedade da empresa ou da pessoa que te contrata []
- O local onde fazes espectáculos ou ensaios é definido por quem te contrata []

Se tens uma destas condições então és um FALSO RECIBO VERDE**MAS NÃO TEM DE SER ASSIM**

O PCP apresentou várias propostas para terminar com os recibos verdes e converter os mesmos a contrato.

Esta é a primeira medida que temos de assumir entre os que trabalham nesta situação. Converter os recibos verdes em contrato.

Porquê?

- Se tiveres um contrato de trabalho és uma pessoa livre. A Segurança Social é paga pelo que recibes e directamente pela entidade patronal, podes deixar o trabalho quando quiseres e não vives aprisionado ao medo de ser despedido.
- Tens direito a subsídio de férias e de natal, além dos 22 dias de férias pagas.
- Tens um seguro de acidentes de trabalho que não és tu que pagas.
- Tens direito a baixa por doença e outros direitos sociais básicos.
- Tens a estabilidade que é necessária a todos os trabalhadores.

É preciso estarmos unidos para lutar contra os Recibos Verdes. O fim dos recibos verdes é o fim de todos os nossos problemas com a Segurança Social. É a garantia de estabilidade e de construir o nosso futuro.

TEATROS NACIONAIS

Pôr fim ao declínio

As programações cada vez mais curtas e as dificuldades de produção própria do Teatro Nacional D.Maria II, Teatro Nacional de São João, Teatro Nacional de São Carlos e da Companhia Nacional de Bailado, são uma das faces mais visíveis da inaceitável e constante perda de financiamento das estruturas culturais e artísticas.

Apesar do notável esforço dos trabalhadores dos teatros nacionais para que a qualidade se mantenha, quando falamos destas estruturas também temos de esperar quantidade, quer nas produções próprias, quer nos acolhimentos e co-produções, mantendo sempre a missão artística a que estas estruturas se propõem, produzindo e apresentando espectáculos segundo padrões de excelência artística e técnica. E assegurando o acesso, com preços de bilhetes reduzidos, ou mesmo gratuitos, algo que parece uma utopia quando um bilhete para a Ópera do TNSC custa no mínimo vinte euros e muitas vezes sem grandes condições para assistir aos espectáculos.

Somam-se a isto a perda de direitos dos trabalhadores. Os que já lá estão sofrem com os cortes sistemáticos nos seus salários e no TNDMII a discussão do acordo de empresa estagnado e a requalificação dos bailarinos da CNB continua sem concretização.

Depois há os que deviam lá estar, e que devido aos cortes sucessivos promovidos pelos governos acabam por não serem contratados, aumentando assim o desemprego no sector e não suprimindo carências do próprio teatro.

A falta de coralistas em alguns naipes do TNSC, a não efectivação de músicos permanentemente contratados para a orquestra do São Carlos, a necessidades humanas no TNDMII muitas vezes suprimidas pelo uso de estágios ou de ocupação de férias, que a administração considera uma oportunidade, mas na verdade são a precariedade em estado puro, que devem ser resolvidas pela contratação efectiva.

Caso paradigmático do declínio a que estas entidades estão sujeitas, é o desaparecimento da secção de adereços do TNDM II. Quem faz agora os adereços dos espectáculos do teatro? Quem cuida, gere e protege o imenso espólio pertencente ao teatro?

O PCP defende a continuidade da secção de adereços no TNDMII, assim como a contratação de trabalhadores efectivos para suprimir todas as faltas nos Teatros Nacionais e na CNB.

Defendemos também a redução substancial do preço dos bilhetes, servindo os teatros nacionais como exemplos do cumprimento da constituição e do seu artigo 73º: “3.ponto - O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural(...)”

Músicos uni-vos!

A crise e a precariedade sempre cá estiveram, mas sabemos que a política de direita com o desemprego e os cortes a assaltarem as casas e as famílias onde antes havia alguma segurança, têm agravado ainda mais a já difícil vida dos músicos.

O caminho de destruição da cultura e do país é tal que a precariedade ataca também as estruturas sólidas existentes.

Na Orquestra Gulbenkian, uma instituição de peso no que diz respeito à programação cultural nacional, a necessária renovação dos seus membros é feita à base de músicos a recibo verde ou como tem sido a astúcia recente, recorrendo a contratos temporários, sem que haja a integração no colectivo e a responsabilização da Fundação.

A lógica comercial promete afectar assim também a qualidade da Orquestra Gulbenkian, gerida numa política de baixos custos, com o recurso a estagiários e recém formados, que assume a preferência pela contratação precária em vez de remunerar estes trabalhadores como efectivos, ou integrar os seus músicos mais experientes. Nestes enredos afundam-se estruturas como a Orquestra Gulbenkian, onde paralelamente ao receio do seu fim, os músicos observam a sua degradação diária.

Também a situação preocupante a que chegou a Escola de Música do Conservatório Nacional exige a requalificação urgente do seu Salão Nobre e restantes instalações, sob a direcção dos órgãos de administração e gestão da Escola em todas as suas fases, estavbelecendo como objectivos a modernização do edifício, a segurança e a qualidade do ensino, tal como foi proposta pelo PCP e aprovada por unanimidade na Assembleia da República.

Por outro lado, os músicos independentes continuam a ser uma classe profissional sem quaisquer direitos nem remuneração, num

verdadeiro caso de exploração capitalista selvagem em pleno sécXXI. Mas é de paixão e nervo que é feita esta profissão, por isso levantamos a cabeça e seguimos. Na música, existe uma sala e uma porta, onde tu entras para dar o teu melhor mas quando saís, só encontras uma percentagem da bilheteira que muitas vezes mal dá para a viagem de regresso.

Os músicos estão sujeitos a um quadro fiscal absolutamente desfavorável com a continuação de um IVA de luxo sobre instrumentos e material, bem como da taxa de 13% de IVA na bilheteira.

Muitos músicos vêem as suas vidas penhoradas pela Segurança Social, enquanto privilegiados do poder escapam impunes a anos de fuga aos impostos.

Os músicos reclamam um estatuto do artista, que os proteja num mercado selvagem que pratica o trabalho gratuito com a mera exposição como contrapartida, mas um trabalho que de facto fornece conteúdos, anima eventos lucrativos e constrói cartazes comerciais para quem desse trabalho se apropria sem retribuir.

É por isso urgente que os músicos se unam em torno dos seus sindicatos de classe, se organizem e tomem partido, se mobilizem pela luta dos trabalhadores e pelos seus direitos, ao trabalho, à remuneração e à cultura.

Também na música as desigualdades vencem e ganham terreno, mas é na luta que havemos de chegar ao fim da estrada. Assim estejamos dispostos a dialogar e a unir esforços por uma política alternativa e de esquerda.

PLURAL E SP TELEVISÃO

Até quando viveremos no século XIX

É sabido por todos quantos trabalham nestas empresas a forma como os horários ocupam 12 horas do nosso dia. Metade do dia é passado a trabalhar e a outra metade a descansar para voltar ao trabalho.

Quando no limiar dos anos 50 os operários e operárias dos campos do Alentejo e Ribatejo conquistaram as 8 horas de trabalho não se imaginava que tantos anos depois essa realidade ainda existisse em tantas áreas do trabalho.

Os horários de 12 horas são um problema, primeiro porque impedem quem trabalha de organizar a nossa vida como deve ser, depois porque representa um roubo no nosso salário.

Se falamos do salário médio de 1000€ e se o dividirmos pelas horas de trabalho, temos na verdade pouco mais de 4€ o valor hora do nosso trabalho. Será isto suficiente para toda a dedicação que temos pelas produções onde trabalhamos?

Esta situação é mantida e agravada pelo cada vez mais recorrente uso dos recibos verdes. Recibos verdes esses que são falsos e que deveriam ser convertidos em contratos de trabalho com horário de 8 horas definido.

Os nossos objectivos são comuns, a nossa luta a mesma.

É preciso que nos organizemos para exigir:

- O respeito pela lei e as convenções europeias que definem 8 horas de trabalho, 8 de descanso e 8 de lazer como um direito de todos os trabalhadores;
- O respeito pela lei e a garantia de contratos de trabalho em lugar de falsos recibos verdes.

JUNTA-TE A NÓS!**LUTA E RESISTE COM O PCP FICHA PARA CONTACTO**

Se pretendes aderir ou colaborar com o PCP preenche os seguintes dados de modo a podermos entrar em contacto contigo

NOME: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL: _____ - _____

TEL.: _____

E-MAIL: _____